



Lucro da Caixa cai 34% no primeiro trimestre após novas regras do BC



► PÁGINA 6

Com o avanço da crise no agro, lucro do Banco do Brasil despenca 54%

► PÁGINA 2

Direito

A eficiência em Facilities

Passaporte para o mercado governamental

► PÁGINA 5

Ciência

Acreditação e Segurança do Paciente

Quem garante a qualidade por trás dos exames laboratoriais?

► PÁGINA 4

Tecnologia

IA acelera ataques digitais

Alerta do Google expõe nova fase da cibersegurança

► PÁGINA 6

Braskem moderniza e amplia frota marítima com menor emissão de CO₂

► PÁGINA 7

Audiência na Ilha Grande mobiliza população contra nova taxa de turismo



► PÁGINA 8

Pansera cumpre agenda com foco em educação técnica e investimentos



► PÁGINA 5

Cesta básica sobe em todas as capitais pelo segundo mês consecutivo

► PÁGINA 2

Varejo do RJ cresce 5,7% em março e supera desempenho médio nacional

► PÁGINA 3

Alerj cria comissão para buscar equilíbrio fiscal do RJ

► PÁGINA 4

Maricá é vitrine nacional com modelo de educação integral

► PÁGINA 8

Lucro do Banco do Brasil cai 54% com avanço da crise no agro

Instituição registra lucro líquido de R\$ 3,4 bilhões no primeiro trimestre de 2026 e revisa projeções anuais para baixo diante do aumento da inadimplência do setor rural



Pressionado pelo aumento na inadimplência do crédito rural, o Banco do Brasil (BB) registrou forte queda no lucro. Segundo balanço divulgado nesta quarta-feira (13), o lucro líquido ajustado da instituição somou R\$ 3,4 bilhões no primeiro trimestre de 2026, recuo de 54% em relação ao mesmo período do ano passado.

Além da piora nos resultados, o banco também reduziu a previsão de lucro para todo o ano de 2026.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Lucro líquido ajustado no primeiro trimestre: R\$ 3,4 bilhões, queda de 54% em 12 meses;

Provisão (reserva) para perdas: R\$ 16,8 bilhões, alta de 46% em 12 meses; Carteira total de crédito: R\$ 1,3 trilhão, alta de 2,2% em um ano;

Crédito ao agro: R\$ 418,4 bilhões; Inadimplência do agro: 6,22%, aumento de 3,5 pontos percentuais em 12 meses; ROE (rentabilidade): 7,3%, queda de 9,4 pontos em 12 meses;

Lucro projetado para 2026: entre R\$ 18 bilhões e R\$ 22 bilhões, contra pre-

visão anterior de R\$ 22 bilhões a R\$ 26 bilhões.

PRESSÃO DO AGRO

O principal problema enfrentado pelo banco está no crédito rural. Segundo o BB, o aumento dos atrasos de pagamento entre produtores rurais elevou fortemente o custo do crédito e obrigou a instituição a reservar mais recursos para possíveis calotes.

A chamada provisão para perdas, dinheiro separado pelo banco para cobrir empréstimos com risco de calote, subiu para R\$ 16,8 bilhões em relação ao primeiro trimestre de 2025. Em nota, o banco afirmou que o aumento das perdas esperadas reflete principalmente a elevação da inadimplência nas operações com produtores rurais.

INADIMPLÊNCIA EM ALTA

O índice de inadimplência acima de 90 dias no agronegócio chegou a 6,22% da carteira rural, avanço de 3,5 pontos percentuais em um ano. A inadimplência geral do banco ficou em 5,05%.

O setor agropecuário enfrenta dificuldades desde a

quebra da safra de soja em 2024, após a produção recorde registrada em 2023. O cenário provocou aumento de recuperações judiciais entre produtores rurais ao longo de 2024 e 2025.

LUCRO MENOR

Diante do cenário mais difícil, o Banco do Brasil revisou para baixo sua projeção de lucro para 2026. A estimativa anterior previa resultado entre R\$ 22 bilhões e R\$ 26 bilhões. Agora, a expectativa caiu para uma faixa entre R\$ 18 bilhões e R\$ 22 bilhões.

Segundo o banco, a revisão considera: agravamento do risco no agronegócio, incertezas geopolíticas, impactos sobre a economia e piora nos indicadores macroeconômicos.

RENTABILIDADE CAI

Outro indicador que mostrou deterioração foi o retorno sobre patrimônio líquido (ROE), usado pelo mercado para medir a rentabilidade dos bancos. A taxa caiu de 16,7% para 7,3% em 12 meses.

O resultado também ficou abaixo do registrado no último trimestre de 2025, quando o índice es-

tava em 12,4%.

MEDIDAS ADOTADAS

Para tentar reduzir os impactos da crise no campo, o banco afirmou ter reforçado mecanismos de cobrança e renegociação de dívidas. Uma das iniciativas foi o programa BB Regulariza Dívidas Agro.

Segundo a instituição: foram renegociados R\$ 37,9 bilhões; mais de 73 mil operações foram repactuadas; e cerca de 25,5 mil produtores rurais foram atendidos.

O banco também informou que ampliou o uso de garantias e aumentou ações judiciais para recuperação de crédito.

CARTEIRA CRESCER

Apesar do cenário mais difícil, a carteira total de crédito do banco cresceu 2,2% em um ano e chegou a R\$ 1,3 trilhão. O segmento de pessoas físicas foi um dos destaques positivos, impulsionado principalmente pelo crédito consignado.

Os ativos totais do banco encerraram o trimestre em R\$ 2,6 trilhões, enquanto o patrimônio líquido alcançou R\$ 194,9 bilhões. (Agência Brasil)

Cesta básica sobe em todas as capitais brasileiras pelo segundo mês consecutivo

Pesquisa do Dieese aponta que leite e feijão impulsionaram a alta em abril

O bolso dos brasileiros sentiu o peso da inflação dos alimentos em abril. Pelo segundo mês seguido, o custo médio da cesta básica registrou aumento em todas as capitais do Brasil e no Distrito Federal. Segundo os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Dieese em parceria com a Conab, as altas acumuladas no ano já chegam a quase 15% em algumas regiões.

As maiores elevações mensais foram identificadas na região Norte e Nordeste. Porto Velho liderou o ranking de aumento em abril, com variação de 5,60%, seguida de perto por Fortaleza (5,46%) e Cuiabá (4,97%). Outras capitais como Boa Vista, Rio Branco e Teresina também registraram índices superiores a 4%.

VILÕES DO MÊS: LEITE, FEIJÃO E TOMATE

O principal responsável pela pressão nos preços foi o leite integral, que ficou mais caro em todas as capitais analisadas. O Dieese justifica que o fenômeno é reflexo da entressafra, que reduz a oferta no campo e encarece os derivados lácteos.

O feijão também não deu trégua, subindo em 26 capitais — a única exceção foi Vitória, onde o preço permaneceu estável. Já o tomate, outro item essencial, teve alta em 25 cidades. Curiosamente, apenas Rio de Janeiro e Belo Horizonte registraram queda no valor do fruto. Além destes, o pão francês, o café em pó e a carne bovina de primeira apresentaram elevação em 22 das 27 capitais.

SÃO PAULO TEM O MAIOR CUSTO

No ranking dos valores nominais, São Paulo segue ostentando a cesta básica mais cara do país, custando em média R\$ 906,14. Na sequência aparecem Cuiabá (R\$ 880,06) e o Rio de Janeiro (R\$ 879,03). No extremo oposto, as cestas mais baratas foram encontradas em Aracaju (R\$ 619,32) e São Luís (R\$ 639,24).

SALÁRIO MÍNIMO IDEAL

Diante do cenário de alta, o Dieese calculou o valor necessário para suprir as necessidades básicas de uma família (alimentação, moradia, saúde, educação, entre outros), conforme prevê a Constituição. Com base no valor da cesta de São Paulo, o salário mínimo ideal para abril deveria ter sido de R\$ 7.612,49 — o equivalente a 4,70 vezes o mínimo atual de R\$ 1.621. (com informações da Agência Brasil)

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

CONCESSÃO DE LICENÇA

29.138.328/0001-50

INFO AMBIENTAL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA CNPJ 13.774.753/0001-04 torna público que recebeu da Secretaria Municipal e Meio Ambiental de Duque de Caxias-SMMA a Licença de Operação de nº 036/2026 emitida em 20 de abril de 2026. Esta licença é válida até 20 de abril de 2031. Autoriza a empresa para a atividade de estocagem de resíduos eletrônicos equipamentos e suprimentos de informática (resíduos não perigosos-classe II), localizada na Rua D Lote 21, Quadra 81, Jardim Anhangá, Duque De Caxias-RJ, referente ao processo nº 019/000472/2020.

Medida Provisória encerra cobrança da taxa das blusinhas

Cobrança em compras de até US\$ 50 estava em vigor desde 2024

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na terça-feira (12), uma Medida Provisória (MP) para acabar com a cobrança de 20% de Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, apelidada de "taxa das blusinhas".

No ato de assinatura oficial, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, explicou que foi possível zerar o imposto após três anos de combate ao contrabando e maior regularização do setor.

“O contrabando, que era uma marca presente nesse setor, foi eliminado. Agora, o setor regularizado vai poder usufruir dessa isenção sobre esses produtos”, afirmou.

Para o secretário, a decisão vai beneficiar a população de baixa renda que utiliza plataformas para adquirir produtos.

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que zerar as taxas federais dessas compras melhora o perfil da nossa tributação.

“Os números mostram que a maior parte das compras, de fato, é de baixo valor. Está associado ao consumo popular”.

A chamada "taxa das blusinhas" entrou em vigor em agosto de 2024, dentro do programa “Remessa Conforme”, criado para regulamentar o comércio eletrônico internacional.

Na prática, o imposto era cobrado no momento da compra, para aumentar a fiscalização e a redução de fraudes. (Agência Brasil)

CAPITAL

MERCADO & NEGÓCIOS

O Valor da Informação

Capital Empresa Jornalística Ltda
Av. das Américas 4200, Bloco 1, Sala 305,
CEP 22.640-907 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ,
Tel: (21) 98400-0441 - CNPJ 11.244.751/0001-70

Endereços eletrônicos:
comercial@jornalcapital.com.br
comercial.capitalmercado@gmail.com
redacao.capitalmercado@gmail.com

WhatsApp: (21) 98400-0441 / (21) 2671-6611

Esta edição de nº 531, primeira quinzena de maio de 2026, circulou em 16/05/2026

Associado à AdjorirJ
Associação dos Diretores
de Jornais do Interior



www.jornalcapital.com.br



Departamento Comercial: (21) 98400-0441
Diretor Presidente: Marcelo Cunha
Diretor de Redação: Josué Cardoso
Jornalista Responsável: Marcelo Cunha RG/ME 0042655/RJ
Colaboradores:
Roberto Daiub - Carlos Valente
Gilmara Rodrigues do Nascimento

Os conteúdos de matérias de opinião, artigos e colunas são de responsabilidade de seus autores

Operação Sem Refino: Cláudio Castro é alvo de busca e apreensão

Ação autorizada pelo STF mira fraudes fiscais e evasão de divisas no setor de combustíveis; Justiça determinou bloqueio de R\$ 52 bilhões e acionou a Interpol

Tânia Régio/Agência Brasil



O ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro foi alvo de um mandado de busca e apreensão da Polícia Federal (PF) na manhã desta sexta-feira (15). A medida foi cumprida no âmbito da Operação Sem Refino, deflagrada para desarticular e investigar um esquema de irregularidades bilionárias envolvendo um influente grupo econômico atuante no setor de combustíveis.

A ofensiva da PF tem como objetivo central apu-

rar as engrenagens de um conglomerado empresarial suspeito de utilizar sofisticadas estruturas societárias e fluxos financeiros para a ocultação patrimonial, dissimulação de bens e evasão de recursos para o exterior.

Ao todo, os agentes federais saíram às ruas para cumprir 17 mandados de busca e apreensão, além de sete medidas cautelares de afastamento de função pública. As ordens judiciais foram distribuídas entre os

estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e no Distrito Federal, todas expedidas e autorizadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

BLOQUEIO DE R\$ 52 BILHÕES

Diante da magnitude do suposto esquema financeiro, as determinações do STF impuseram sanções severas aos envolvidos. A pedido dos investigadores, a Justiça Federal determinou o bloqueio de aproxi-

madamente R\$ 52 bilhões em ativos financeiros ligados aos alvos, além do congelamento imediato e da suspensão de todas as atividades econômicas das empresas que integram o grupo sob investigação.

As ações da Operação Sem Refino também transpuseram as fronteiras nacionais. O Judiciário determinou a inclusão do nome de um dos principais investigados na lista da Difusão Vermelha da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), sinalizando o status de foragido internacional.

CONEXÕES COM O CRIME E A ADPF DAS FAVELAS

A operação, que contou com o suporte e apoio técnico de auditores da Receita Federal, foca na identificação de fraudes fiscais continuadas, na lavagem de dinheiro por meio de ocultação de patrimônio e em graves inconsistências operacionais e contábeis associadas ao funcionamento de uma refinaria vinculada ao grupo econômico.

Em nota oficial distribuída à imprensa, a Polícia Federal detalhou que o procedimento investigativo está integrado às apurações conduzidas no escopo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635. O dispositivo jurídico em questão analisa o avanço e a consolidação de organizações criminosas no território fluminense, bem como suas respectivas ramificações e conexões espúrias com agentes públicos de diferentes escalões no estado do Rio de Janeiro. (com informações da Agência Brasil)

Varejo do Rio de Janeiro cresce 5,7% em março e supera desempenho médio nacional

Dados do IBGE revelam expansão em todas as oito atividades pesquisadas no estado, com destaque para o setor de informática e bens de consumo.

O comércio varejista do Estado do Rio de Janeiro registrou uma performance sólida no encerramento do primeiro trimestre. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada nesta quarta-feira (13/05) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de vendas fluminense avançou 5,7% em março, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O resultado coloca o Rio de Janeiro em um patamar de crescimento acima da média brasileira. Enquanto o estado registrou alta de quase 6%, o desempenho nacional para o setor no mesmo período foi de 4%.

CRESCIMENTO DISSEMINADO ENTRE SETORES

Um dos pontos mais relevantes do levantamento é a abrangência da recuperação econômica. De acordo com o IBGE, todas as oito atividades pesquisadas no estado apresentaram crescimento na comparação anual. Esse cenário evidencia uma expansão generalizada do consumo, atingindo desde itens essenciais até bens duráveis e de escritório.

SEGMENTOS EM ALTA NO ESTADO

A diversidade dos setores com balanço positivo reforça o otimismo para o mercado local. Entre os destaques estão:

- Tecnologia e Escritório: Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação;
- Saúde e Bem-estar: Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria;
- Consumo Doméstico: Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo;
- Vestuário e Decoração: Tecidos, calçados, móveis e eletrodomésticos; e
- Cultura e Serviços: Livros, jornais, revistas e papeleria, além de combustíveis e lubrificantes.

A consistência dos números reflete o fortalecimento do poder de compra e a dinâmica econômica do estado, que segue ganhando tração em relação ao restante do país.

Divulgação/GOV.RJ



EXAMES MÉDICOS

EXAMES COMPLEMENTARES

EXAMES LABORATORIAIS!!!

Odontologia

- Clínica Geral
- Ortodontia
- Endodontia
- Periodontia
- Odontopediatria
- Cirurgias de inclusos e de 3º Molares
- Prevenção
- Implantes
- Carga imediata
- Enxertos ósseos
- Próteses convencionais
- Tratamento p/ Hipertenso
- Tratamento p/ Diabético
- Tratamento c/ monitoramento

Estética

- Harmonização Facial
- Botox e Preenchimento
- Bichectomia

Consultas com preços acessíveis. Aceitamos todos os cartões.

Ligue agora!

21 2633-1723

98483-5834

Marque sua consulta pelo Whatsapp

ENCOR
CLINICA MÉDICA & ODONTOLÓGICA

Especialidades

- CARDIOLOGIA
- Adulto e Pediátrica
- CLÍNICA MÉDICA
- ANGIOLOGIA
- Tratamento de Varizes
- ORTOPEDIA
- NUTRIÇÃO
- CIRURGIA GERAL
- VIDEOLAPAROSCÓPICA
- UROLOGIA
- NEFROLOGIA

Exames Complementares

- Eletrocardiograma Digital
- Check Up
- Risco Cirúrgico
- Mapa 24h
- Holter 24h
- Atestado p/ Atividades Físicas

Dr. Roberto Daiub
CRM 5262119-6

Drª. Claudia Faccioli
CRO-RJ 37116

Shopping da Praça - Magé
Praça Dr. Nilo Peçanha, 45 - Sala 410
encorclinica@gmail.com

CREDIBILIDADE é muito mais que like.
Onde você deseja ver a sua marca?
Anuncie com quem tem
C-R-E-D-I-B-I-L-I-D-A-D-E
Anuncie nos jornais e portais do interior!



Uma iniciativa da Associação dos Diretores de Jornais do Interior do Estado do Rio de Janeiro

Alerj cria comissão para promover o corte de gastos e buscar o equilíbrio fiscal do RJ

Iniciativa do presidente Douglas Ruas foca no equilíbrio fiscal e controle rigoroso de despesas nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário



Thiago Lontra/Alerj

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) oficializou, nesta terça-feira (12), a criação de uma Comissão Especial com a missão de promover o corte de gastos e reestabelecer o equilíbrio fiscal do estado. O anúncio foi feito pelo presidente da Casa, deputado Douglas Ruas (PL), durante reunião da Mesa Diretora, reforçando o papel do Parlamento na fiscalização rigorosa das despesas públicas.

O novo colegiado terá como prerrogativa realizar um "pente-fino" na execução orçamentária dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. De acordo com o presidente, a medida é fundamental para garantir transparência e austeridade diante de um cenário econômico que exige responsabilidade máxima com o di-

nheiro do contribuinte.

FOCO NA AUSTERIDADE E CONTROLE

Segundo Douglas Ruas, a comissão não apenas analisará os gastos atuais, mas também buscará modernizar os mecanismos de controle das despesas estaduais. A intenção é trazer para o centro do debate legislativo a necessidade de regulação eficiente e monitoramento constante.

"A intenção é analisar todos os cenários e trazer para o Parlamento fluminense o debate sobre austeridade fiscal e regulação de despesas", destacou o presidente da Casa, reafirmando o compromisso da Alerj com a responsabilidade orçamentária.

CENÁRIO DE DÉFICIT E O PLDO 2027

A criação da comissão ocorre em um momento crítico para as finanças fluminenses. Nesta quarta-feira (13), a Comissão de Orçamento da Alerj iniciou as discussões sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2027).

O projeto (PLDO 7.505/26), enviado pelo Governo do Estado, já projeta um cenário preocupante: um déficit estimado em R\$ 13 bilhões para o próximo ano. As projeções para os dois exercícios seguintes também são negativas, o que torna a atuação da nova Comissão Especial ainda mais estratégica para evitar um colapso nas contas estaduais e garantir a manutenção de serviços essenciais à população.

Presidente da Alerj define composição da comissão para austeridade

Composta por cinco parlamentares, a Comissão Especial fará um diagnóstico rigoroso das contas públicas para garantir a responsabilidade orçamentária do estado

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Douglas Ruas (PL), oficializou nesta quarta-feira (13/05) a composição da Comissão Especial voltada para a promoção do corte de gastos e a busca pelo equilíbrio fiscal fluminense. A medida surge como uma resposta estratégica aos desafios econômicos enfrentados pelo estado.

O colegiado será formado por cinco membros titulares, distribuídos de forma a representar diferentes forças políticas da Casa:

02 deputados do Partido Liberal (PL); 01 deputado da Federação União-PP; 01 deputado do Republicanos; e 01 deputado do Partido Social Democrático (PSD).

DIAGNÓSTICO E RESPONSABILIDADE FISCAL

A principal missão do grupo será realizar um "pente-fino" na execução orçamentária do Rio de Janeiro. Segundo Douglas Ruas, o objetivo não é apenas cortar despesas, mas qualificar o gasto público e corrigir falhas estruturais

que comprometem o tesouro estadual.

"Essa comissão terá a missão de fazer um diagnóstico aprofundado das contas públicas e identificar caminhos para conter despesas, corrigir distorções e garantir maior responsabilidade fiscal, contribuindo para que o estado avance com equilíbrio e planejamento", afirmou o presidente da Alerj.

FISCALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Além de propor medidas de contenção, a comis-

são terá um papel ativo na fiscalização e no controle. O cronograma de trabalho prevê a realização de reuniões periódicas e a elaboração de relatórios técnicos que servirão de base para a tomada de decisões tanto do Legislativo quanto do Executivo.

A criação deste colegiado intensifica a análise sobre como o orçamento estadual está sendo aplicado, acompanhando de perto a evolução das despesas diante da necessidade de manter as contas em dia e respeitar os limites impostos pela legislação fiscal.



Ciência e estética
Ana Clara Cunha

Acreditação e Segurança do Paciente

Quem garante a qualidade por trás dos exames laboratoriais?

Em um cenário onde decisões médicas dependem diretamente da precisão dos exames laboratoriais, falar sobre qualidade deixou de ser apenas uma exigência técnica e passou a ser uma questão de segurança do paciente. Por trás de cada resultado liberado existem profissionais essenciais nesse processo. Um deles é o biomédico especializado em patologia clínica, também conhecida como análises clínicas.

Mas afinal, por que a acreditação laboratorial se tornou tão importante? E o que seria isso?

A acreditação é o reconhecimento formal e oficial, emitido por um órgão competente ou instituição independente, de que uma empresa, laboratório ou profissional possui competência técnica e cumpre requisitos de qualidade pré-definidos para realizar atividades específicas. Na área da saúde, o foco é a qualidade e a segurança do paciente, onde no Brasil, entra como principal referência a Organização Nacional de Acreditação (ONA), e também o Inmetro, que realiza a acreditação oficial de laboratórios de calibração e ensaio (ISO/IEC 17025), garantindo reconhecimento internacional.

Atualmente, laboratórios clínicos enfrentam desafios cada vez maiores relacionados à rapidez na entrega dos resultados, alta demanda de exames, automação de processos e necessidade de minimizar falhas humanas. Nesse contexto, programas de acreditação como o PALC (Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos) e normas internacionais como a ISO 15189 (específica para a qualidade e competência em laboratórios de análises clínicas) surgem como ferramentas indispensáveis para padronizar processos e elevar a qualidade dos serviços laboratoriais.

Embora muitas pessoas nunca tenham ouvido falar nessas certificações, elas impactam diretamente a vida do paciente. Um exame liberado com erro pode levar a diagnósticos incorretos, tratamentos inadequados e até riscos graves à saúde. Por isso, os sistemas de qualidade atuam desde a coleta da amostra até a liberação final do resultado.

É nesse ponto que o biomédico exerce um papel estratégico. Mais do que executar análises, esse profissional participa da validação de exames, monitoramento de equipamentos, controle interno e externo de qualidade, rastreabilidade de amostras e implementação de protocolos de biossegurança. Em outras palavras, trabalha para garantir que cada resultado represente, de fato, a condição clínica do paciente.

Os erros laboratoriais, muitas vezes associados apenas à etapa analítica, também podem ocorrer antes mesmo do exame ser realizado, como em coletas inadequadas, identificação incorreta de pacientes ou armazenamento incorreto das amostras. A acreditação reduz significativamente essas falhas ao estabelecer protocolos rigorosos e indicadores contínuos de desempenho.

Além disso, a crescente automação laboratorial e o uso da inteligência artificial vêm transformando a patologia clínica. Sistemas automatizados já conseguem detectar inconsistências, monitorar padrões e auxiliar na interpretação de resultados com maior rapidez e precisão. No entanto, mesmo diante da tecnologia, o olhar crítico do profissional continua sendo indispensável para validação técnica e tomada de decisões seguras.

Nos próximos cinco anos, a tendência é que os laboratórios clínicos se tornem ainda mais integrados à tecnologia e à medicina personalizada. Com isso, profissionais capacitados em qualidade laboratorial, gestão de processos e acreditação terão papel cada vez mais relevante dentro das instituições de saúde.

Mais do que números impressos em um laudo, exames laboratoriais representam vidas. E garantir a segurança desses resultados é uma responsabilidade que começa muito antes do diagnóstico chegar ao paciente.

Biomédica com habilitação em Análises Clínicas e experiência em rotina laboratorial hospitalar;
Pós-graduando em Estética.

CRBM: 10956



anaclaracunha@gmail.com



Bem Estar & Estética

mais artigos

CREDIBILIDADE é muito mais que like.

Quando você anuncia nos jornais e portais do interior a sua marca se torna mais forte e aparece no lugar certo, para o público certo!

Uma iniciativa da Associação dos Diretores de Jornais do Interior do Estado do Rio de Janeiro

Pansera cumpre agenda em Nova Friburgo focado em educação técnica e investimentos

Ex-ministro e pré-candidato a deputado federal relembrou a destinação de R\$ 4 milhões para a saúde local e debateu o desenvolvimento da Região Serrana

Divulgação



O ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação e pré-candidato a deputado federal, Celso Pansera, cumpriu uma extensa agenda de compromissos nesta semana em Nova Friburgo, na Região Serrana do Rio de Janeiro. Coordenada por Zé Alexandre, presidente municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), a visita teve como foco principal o fortalecimento do desenvolvimento regional por meio de encontros institucionais, visitas técnicas e debates estratégicos.

Com uma trajetória amplamente ligada à defesa da educação pública, da ciência e da inovação, Pansera vem expandindo sua articulação política por diferentes municípios fluminenses. Em abril, ele deixou a presidência da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar) justamente para se dedicar à sua pré-candidatura às eleições de 2026.

LEGADO NA EDUCAÇÃO TÉCNICA E SAÚDE EM NOVA FRIBURGO

Durante a visita, o ex-ministro destacou sua forte ligação com as demandas locais, especialmente no ensino profissionalizante. Como ex-presidente da Faetec, Pansera liderou o processo de expansão da rede de ensino técnico no estado do Rio de Janeiro, participando ativamente da inauguração de unidades da instituição em Nova Friburgo.

Além do histórico na educação, a atuação parlamentar de Pansera também foi pauta nos encontros. O pré-candidato relembrou a destinação de R\$ 4 milhões em emendas para a reestruturação do Hospital Municipal Raul Sertã, verba carimbada no período em que ele exercia o mandato de deputado federal.

FOCO EM ECONOMIA CRIATIVA E ARTICULAÇÃO REGIONAL

A agenda em Nova Friburgo não se limitou ao campo institucional. Celso Pansera participou de atividades voltadas ao empreendedorismo, turismo, organização comunitária e economia criativa — setores considerados motores para a geração de emprego e renda na Região Serrana.

O roteiro incluiu reuniões com lideranças políticas locais, representantes do setor produtivo e entrevistas a veículos de comunicação da região. Para os articuladores do encontro, a presença de Pansera reforça o debate sobre a importância da qualificação técnica e do investimento em infraestrutura como pilares para o crescimento sustentável das cidades do interior fluminense.

Governo ajusta regras para proibir participação de 'bets' no Desenrola Fies

Ministério da Fazenda atua para deixar clara a restrição de plataformas de apostas em programas de renegociação de dívidas; Desenrola 2.0 somou 3 mil acordos no primeiro dia.

O Ministério da Fazenda anunciou, nesta quarta-feira (13/05), que realizará um ajuste técnico na Medida Provisória (MP) do Desenrola 2.0. O objetivo é vedar explicitamente a participação de plataformas de apostas esportivas nos programas de renegociação de débitos do governo federal, estendendo a proibição ao Desenrola Fies.

Segundo o secretário-executivo da pasta, Rogério Ceron, o texto original da MP apresentava brechas que não deixavam clara a aplicação da restrição para o público estudantil. A mudança visa garantir que o impedimento, já anunciado para o Desenrola Famílias, seja aplicado uniformemente em todas as frentes do programa.

MERCADO DE APOSTAS

A nova regra determina que as empresas de apostas esportivas fiquem impedidas de participar dos programas federais de renegociação por um período de um ano.

A estratégia do governo busca evitar que o setor de apostas utilize os programas de alívio financeiro para estimular o consumo de jogos online ou ampliar operações financeiras que possam comprometer a saúde financeira de famílias e estudantes recém-saídos da inadimplência.

SUCESSO DO DESENROLA FIES

O programa voltado para estudantes com dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) entrou em operação nesta quarta-feira com alta demanda. Ceron destacou que a procura superou as expectativas iniciais



Ricardo Botelho/MME

nas primeiras horas de funcionamento: Negociações realizadas: Mais de 3 mil acordos fechados; Simulações: Mais de 15 mil acessos ao sistema.

"A medida provisória não deixava tão claro esse aspecto. Fizemos esse pequeno ajuste para evitar dúvidas sobre o alcance da medida", explicou Ceron durante coletiva.

O DESENROLA 2.0?

O programa é a evolução da iniciativa federal para combater a inadimplência no Brasil. Através de descontos agressivos e condições facilitadas de parcelamento, o governo espera limpar o nome de milhões de brasileiros, devolvendo-lhes o acesso ao crédito. Com a inclusão do Fies, o foco se expande para jovens profissionais que carregam débitos de sua formação acadêmica. (com informações da Agência Brasil)



Direito do Cidadão
Gilmara Rodrigues do Nascimento

A eficiência em Facilities

Passaporte para o mercado governamental

No universo das Pequenas e Médias Empresas (PMEs), a gestão de Facilities é, com frequência, relegada ao papel de um mero custo operacional. Uma despesa inevitável, sim, mas raramente vista como um vetor estratégico. Contudo, essa visão, além de limitada, é um obstáculo silencioso para um dos mercados mais promissores e estáveis do país: o governamental.

Com a Lei 14.133/2021 em pleno vigor, o cenário mudou drasticamente. O que antes era uma questão de conformidade básica, transformou-se em um diferencial competitivo inegável. Não se trata apenas de cumprir a lei, mas de entender que a excelência na gestão de infraestrutura e serviços de apoio é a chave para desvendar as portas do B2G (Business to Government).

O mercado governamental é um gigante consumidor de serviços de Facilities. A grande ironia é que muitas PMEs se preparam exaustivamente para a concorrência externa, o pregão, a disputa de preços, mas negligenciam a preparação interna. A verdade é que a capacidade de sustentar um contrato público não se ganha apenas na oferta, mas na **solidez operacional** que a empresa já possui. Imagine, sua empresa já opera com processos de Facilities impecáveis, com cronogramas de manutenção que funcionam como um relógio suíço, gestão de insumos otimizada e equipes treinadas para a alta performance. Isso não é apenas "fazer o dever de casa"; é construir uma **prova técnica irrefutável** que os editais de licitação buscam. A conformidade não é um fardo; é um atestado de capacidade que simplifica a burocracia e convence o gestor público de que sua PME é a parceira ideal para gerir a infraestrutura de um órgão público.

O setor de Facilities é um campo minado de normas trabalhistas e de segurança. A PME que domina esses processos não apenas evita multas e paralisações, mas garante a **continuidade do serviço**, um fator crítico para a permanência em contratos de longo prazo. Essa é a verdadeira mitigação de riscos: não apenas reagir a problemas, mas preveni-los com uma gestão proativa. E há mais. A adoção de práticas sustentáveis como a otimização do consumo de água e energia não é apenas uma questão de responsabilidade ambiental. É um alinhamento estratégico com as crescentes exigências das "licitações verdes", uma tendência que se consolida no setor público. Sua PME não apenas economiza recursos, mas se posiciona à frente da concorrência, demonstrando uma visão de futuro que o Estado valoriza.

Para a PME, profissionalizar a gestão de Facilities transcende o cuidado com o próprio espaço. É a construção de um alicerce robusto para um crescimento exponencial. Quando a operação interna é executada com maestria, a empresa deixa de ser mais uma na multidão de prestadores de serviço e se eleva ao patamar de **parceiro estratégico** do Estado. No mercado público, a eficiência não é um mero diferencial; é a **condição sine qua non** para alcançar um novo patamar de faturamento e reconhecimento.

Artigo produzido pela GN SOCIEDADE, banca especializada em Inteligência Estratégica para Licitações e Contratos Administrativos.

Advogada especialista em Licitações e Contratos, Direito Administrativo, Previdenciário e Tributário;
Pós Graduada em Direito Administrativo pela EMERJ;
Pós Graduada em Direito Tributário pela EMERJ.



Advocacia & Consultoria Jurídica

gilmara.rodriguesadv@gmail.com



mais artigos

CAPITAL
MERCADO & NEGÓCIOS
O Vítor da Informação

212671-6611

anuncie

219840-00441

comercial.capitalmercado@gmail.com | comercial@jornalcapital.com.br

Lucro da Caixa desaba 34% no primeiro trimestre após novas regras do Banco Central

Resultado de R\$ 3,5 bilhões foi pressionado pelo forte aumento nas provisões contra calotes; carteira de crédito imobiliário segue em alta e atinge R\$ 966 bilhões



Marcelo Camargo/AGência Brasil

A Caixa Econômica Federal registrou um lucro líquido recorrente de R\$ 3,5 bilhões no primeiro trimestre de 2026. O resultado representa uma queda de 34,4% em relação ao mesmo período do ano passado. O balanço oficial, divulgado nesta quinta-feira (14), aponta que o desempenho do banco estatal foi fortemente impactado pelo aumento das provisões para perdas com crédito, que mais do que dobraram no período.

O movimento responde diretamente às novas regras regulatórias do Banco Central (BC) para a cobertura de risco de inadimplência. De acordo com a Caixa, as provisões agora consideram as perdas esperadas nas operações de crédito, e não apenas as perdas efetivamente registradas. Essa mudança normativa elevou as reservas financeiras da instituição para possíveis calotes, exercendo forte pressão sobre o resultado trimestral.

Apesar do recuo no lucro anual, o banco destacou um crescimento de 25,4% na comparação com o trimestre encerrado em dezembro de 2026. Além disso, a Caixa manteve a expansão de sua carteira de crédito, puxada principalmente pelo financiamento imobiliário, segmento no qual o banco mantém a liderança isolada no país.

Em nota oficial, a Caixa afirmou que o aumento das provisões decorre da transição regulatória determinada pelo BC e que "os números não devem ser interpretados como deterioração direta da qualidade da carteira de crédito".

RAIO-X FINANCEIRO

O balanço do primeiro trimestre reflete o esforço de provisionamento e o comportamento das taxas de atraso: **Lucro líquido recorrente** - R\$ 3,5 bilhões (-34,4% em 12 meses e +25,4% em relação a dezembro) **Provisão para perdas** - R\$ 6,5 bilhões (+225% em 12 meses) **Índice de inadimplência** - 3,71% (+1,22 ponto percentual em 12 meses)

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO LIDERA EXPANSÃO DA CARTEIRA

A carteira total de crédito da Caixa atingiu o montante de R\$ 1,41 trilhão, registrando uma alta de 11,3% em 12 meses e de 2,3% na comparação com dezembro. O grande motor desse crescimento continua sendo o crédito habitacional.

O segmento imobiliário alcançou R\$ 966,2 bilhões, o que representa uma expansão de 13,9% em 12 meses. Com esse desempenho, a Caixa detém uma participação de 68% em todo o setor imobiliário nacional. Apenas no primeiro trimestre, as contratações voltadas à habitação somaram R\$ 64,2 bilhões.

DESEMPENHO POR SEGMENTO DE CRÉDITO

O banco também registrou avanço em outras frentes de negócios, divididas entre pessoas físicas, empresas e o setor produtivo:

Pessoa Física (PF) - A carteira voltada para a pessoa física encerrou o

trimestre em R\$ 154,9 bilhões, avançando 10,4% em 12 meses. O crédito consignado segue como o principal destaque do segmento, somando R\$ 114,2 bilhões e representando 73,7% de todo o peso da carteira PF.

Pessoa Jurídica (PJ) e Agronegócio - O financiamento para empresas (PJ) fechou o período em R\$ 114,3 bilhões, o que significa um crescimento de 8,8% em 12 meses. Já o saldo da carteira de Agronegócio chegou a R\$ 64,9 bilhões, mostrando uma evolução mais moderada, de 2,2% em 12 meses.

MARGEM FINANCEIRA, RECEITAS E ESTRUTURA DE CAPITAL

Do lado operacional, as receitas da Caixa apresentaram evolução positiva. A margem financeira cresceu 11,8% em 12 meses, atingindo R\$ 18,3 bilhões. As receitas com prestação de serviços acompanharam a tendência de alta e somaram R\$ 7,4 bilhões (alta de 12,5%). Por outro lado, as despesas operacionais avançaram 6%, totalizando R\$ 11,5 bilhões.

Na estrutura financeira global, as captações totais do banco cruzaram a marca de R\$ 2 bilhões [VALIDAR EDITOR: unidade correta provável é R\$ 2 trilhões, conforme dados de ativos abaixo, manter rigor com o original ou retificar após checagem], registrando alta de 13,7%. O patrimônio líquido institucional fechou em R\$ 153,2 bilhões (+8,5%) e os ativos totais da Caixa avançaram 12,9%, somando R\$ 2,4 trilhões. (com informações da Agência Brasil)



TECNOLOGIA

sem Mistério

Carlos Valente

IA acelera ataques digitais

Alerta do Google expõe nova fase da cibersegurança

O Google confirmou um ponto de virada na cibersegurança: a inteligência artificial deixou de ser apenas uma ferramenta de produtividade e passou a aparecer como parte ativa de ataques digitais de alta precisão. Segundo o alerta, um grupo criminoso utilizou modelos de linguagem para descobrir e explorar uma vulnerabilidade inédita, isto é, uma falha de dia zero. Esse tipo de brecha é especialmente perigoso porque ainda não é conhecido pelos responsáveis pelo software ou hardware afetado, deixando os defensores sem tempo prévio para correção.

A mudança mais relevante está na escala. Pesquisadores humanos podem levar semanas para revisar grandes bases de código, enquanto modelos de IA conseguem analisar milhões de linhas em segundos e encontrar padrões lógicos difíceis de perceber. No caso descrito, o Google Threat Intelligence Group identificou sinais de geração por IA no próprio script malicioso, escrito em Python. A estrutura excessivamente organizada, o uso padronizado de recursos e a presença de comentários didáticos indicavam a participação de um modelo de linguagem. O detalhe mais revelador foi um score CVSS alucinado, ou seja, um valor de gravidade inventado pela IA com aparência técnica convincente.

O ataque tinha como alvo uma ferramenta popular e aberta de administração de sistemas online. O objetivo era contornar a autenticação em dois fatores, mecanismo usado para exigir uma etapa adicional de confirmação por aplicativo ou SMS. A IA não quebrou a criptografia sozinha nem eliminou a necessidade de credenciais válidas, mas ajudou a explorar uma falha de lógica semântica no fluxo de autenticação. Em certas condições, o sistema aceitava o acesso sem exigir o segundo fator. Isso reforça uma lição central: nenhuma camada de defesa deve ser tratada como infalível.

O episódio também aponta para uma corrida armamentista digital. Modelos de IA ampliam a capacidade de busca por vulnerabilidades em sistemas legados, e relatórios indicam que grupos ligados à China e à Coreia do Norte já demonstram interesse em usar essa tecnologia para escalar ataques. Ferramentas avançadas podem ser subvertidas para mapear brechas em larga escala, aumentando o risco antes que softwares e infraestruturas sejam fortalecidos.

A longo prazo, a mesma tecnologia poderá ajudar a corrigir falhas automaticamente. No momento, porém, o desequilíbrio favorece quem ataca com velocidade e automação. Para empresas e usuários, a resposta passa por defesa em profundidade: revisão de processos, proteção de credenciais, monitoramento contínuo, análise de comportamento e capacidade rápida de resposta. O alerta do Google mostra que a pergunta deixou de ser apenas se haverá ataque. A questão agora é se as defesas serão inteligentes e ágeis o suficiente para enfrentar adversários que também usam IA.

Tecnólogo em Processamento de Dados, desenvolvedor full stack, autodidata e entusiasta de novas tecnologias, sempre focado em soluções eficientes e inovadoras.



Valente Soluções

contato@valentesolucoes.com.br



mais artigos

Flávio Bolsonaro admite cobrança de R\$ 134 milhões a Daniel Vercaro, mas nega crime

Senador e pré-candidato à Presidência classifica repasses para filme Como "patrocínio privado" e pede abertura de CPI do Banco Master

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, admitiu publicamente ter mantido contato com o banqueiro Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master. De acordo com as informações, o parlamentar articulou junto ao empresário um apoio financeiro no valor de R\$ 134 mi-

lhões para a produção de um filme cinematográfico sobre a vida de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O caso foi revelado nesta quarta-feira (13) em reportagem publicada pelo portal The Intercept Brasil. Por meio de nota oficial e de um pronunciamento em vídeo divulgado nas redes sociais, Flávio Bolsonaro confir-

mou o pedido de recursos, mas defendeu a legalidade das conversas, sustentando tratar-se de uma iniciativa estritamente particular.

"É preciso separar os inocentes, dos bandidos. No nosso caso, o que aconteceu foi um filho, procurando patrocínio PRIVADO para um filme PRIVADO sobre a história do próprio

pai. Zero de dinheiro público. Zero de lei Rouanet. Conheci Daniel Vercaro em dezembro de 2024, quando o governo Bolsonaro já havia acabado, e quando não existiam acusações nem suspeitas públicas sobre o banqueiro. O contato é retomado quando há atraso no pagamento das parcelas de patrocínio necessárias

para a conclusão do filme", declarou o senador.

O parlamentar negou categoricamente ter oferecido qualquer contrapartida ou vantagem indevida a Vercaro. "Não ofereci vantagens em troca. Não promovi encontros privados fora da agenda. Não intermediei negócios com o governo. Não recebi dinheiro

ou qualquer vantagem. Isso é muito diferente das relações espúrias do governo Lula e seus representantes com Vercaro. Por isso, reitero, CPI do MASTER JÁ", completou Flávio, que afirmou ainda que as transferências eram respaldadas por um contrato assinado. (com informações da Agência Brasil)

Braskem moderniza e amplia frota marítima com menor emissão de CO₂

Novos navios Trading & Shipping devem reduzir em cerca de 30% as emissões de dióxido de carbono em comparação à média da frota atual da companhia



A Braskem, petroquímica global que desenvolve soluções sustentáveis da química e do plástico para melhorar a vida das pessoas, avança na estratégia de modernização logística e descarbonização das operações marítimas com a incorporação de duas novas embarcações à frota da Braskem Trading & Shipping (BT&S). Batizados de Beautiful Future e Blooming Future, os navios-tanque combinam tecnologia de ponta, eficiência e redução de aproximadamente 30% de emissões de CO₂, em relação à média dos navios atualmente operados pela companhia, o que representa uma redução estimada de cerca de 6.500 toneladas de emissões por ano.

As novas embarcações

são do tipo LR1 (Long Range 1) e foram desenvolvidas para o transporte de nafta - matéria-prima essencial para a produção de itens do cotidiano, como embalagens, suprimentos médicos e produtos domésticos - em rotas de longa distância entre a Costa do Golfo dos Estados Unidos e o Brasil. Os navios foram oficialmente apresentados em uma cerimônia realizada na China, no último dia 8 de maio, e representam um novo passo da Braskem em direção a operações logísticas mais eficientes.

Projetados com tecnologias avançadas de eficiência energética e controle de emissões, os navios contam com motores de última geração, design de casco otimizado para redução do consumo de combustível

e sistemas que superam os requisitos regulatórios atuais da indústria marítima. “Estamos ampliando nossa frota com embarcações mais modernas e eficientes, alinhadas ao compromisso da Braskem com operações cada vez mais sustentáveis e competitivas. Esses navios representam um avanço importante na evolução logística da companhia e reforçam nossa visão de longo prazo para um transporte marítimo mais eficiente”, afirma Hardi Schuck, diretor da Braskem Trading & Shipping.

Em uma viagem típica, os navios percorrem mais de 5.500 milhas náuticas entre os Estados Unidos e o Brasil, de modo a transportar nafta para abastecer operações industriais da Braskem. As novas em-

barcações operam em velocidade otimizada, o que contribui para a redução do consumo de combustível e de emissões associadas ao transporte marítimo. O Beautiful Future e o Blooming Future são os primeiros navios LR1 entregues à Braskem Trading & Shipping, em 2026, mas outros dois navios já estão em construção e devem integrar a frota da companhia até o início de 2027.

“A iniciativa acompanha um movimento global da indústria marítima voltado à modernização de frotas e à redução das emissões de CO₂ do setor, sendo impulsionado por novas metas internacionais de eficiência energética e descarbonização do transporte marítimo”, afirma Silvia Migueles, diretora de Logística da Braskem.

Indústria do Rio de Janeiro cresce 7,4% em março e impulsiona resultado nacional

Com alta superior à média do país, o setor extrativo consolida o fortalecimento da atividade industrial fluminense, que já acumula expansão de 6,3% no ano

A força da indústria fluminense segue como o principal motor do setor produtivo brasileiro. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, divulgada na quarta-feira (13/05) pelo IBGE, a produção industrial do Estado do Rio de Janeiro avançou 7,4% em março, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho superou a média nacional, que registrou alta de 4,3%.

No recorte mensal, o crescimento também foi expressivo: entre fevereiro e março, a indústria do estado apresentou um avanço de 2,5%. Com esse resultado, o setor consolida um cenário de franca expansão, acumulando uma alta de 6,3% no primeiro trimestre do ano.

PROTAGONISMO NO CENÁRIO NACIONAL

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio de Janeiro exerceu a principal influência positiva no desempenho da indústria brasileira como um todo. O estado acumula um crescimento sólido de 2,9% em dois meses consecutivos, reafirmando sua importância estratégica para o PIB industrial do país.



O MOTOR DO CRESCIMENTO

O grande protagonista dessa aceleração foi o setor extrativo. A produção ligada à extração de recursos naturais foi o principal pilar para que o estado superasse os índices nacionais e mantivesse a trajetória ascendente.

Esse fortalecimento reflete não apenas a recuperação das cadeias produtivas locais, mas também a alta demanda e eficiência operacional das indústrias sediadas em solo fluminense.



**Gilmar Rodrigues
do Nascimento**

**Sociedade Individual
de Advocacia**

CNPJ 34.422.166/0001-18
Registro OAB/RJ 009.737/2019

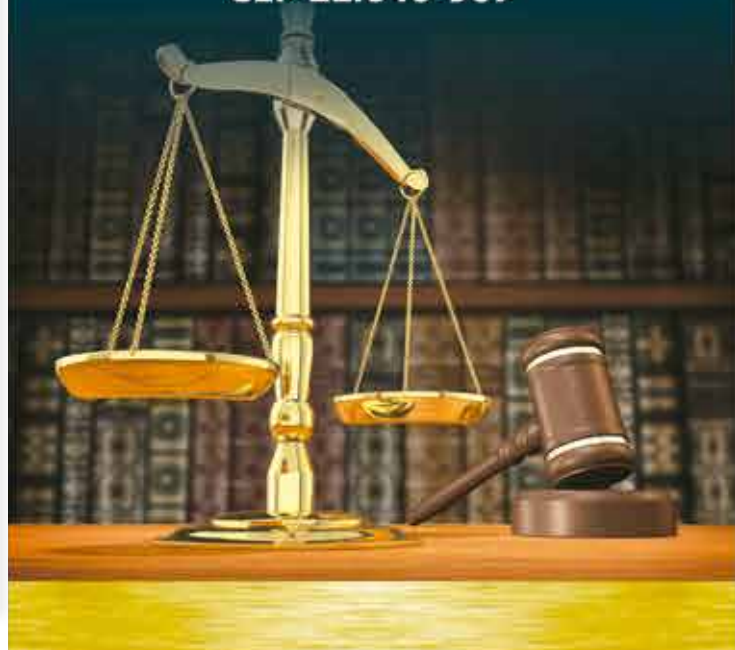
ÁREAS DE ATUAÇÃO:
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO TRIBUTÁRIO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
RELAÇÃO DE CONSUMO
RESPONSABILIDADE CIVIL

www.gilmaranascimento.adv.br

contato@gilmaranascimento.adv.br
gilmararodriguesadv@gmail.com

(21) 3512-5038
(21) 98400-0442

Av. das Américas 4200, Bloco 01, Sala 305
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.640-907



Audiência na Ilha Grande mobiliza centenas de pessoas contra nova taxa de turismo

Moradores e empresários protestaram na Vila do Abraão após prefeitura vetar quadra pública; entidade aponta cobrança abusiva e desvio de recomendação técnica

Centenas de moradores, empresários e representantes do setor de hotelaria e comércio participaram, na noite desta quarta-feira (14), de uma audiência pública realizada na praça central da Vila do Abraão, na Ilha Grande. O encontro, que ocorreu em frente ao cruzeiro, teve como objetivo central debater a polêmica taxa de turismo instituída e aprovada pela Prefeitura de Angra dos Reis.

O debate ficou marcado por um impasse logístico inicial. A audiência estava prevista para acontecer na quadra poliesportiva da comunidade. No entanto, segundo os organizadores do evento, o Executivo municipal proibiu a utilização do espaço público um dia antes da data marcada, alegando a necessidade de pintura da quadra. A alteração de última hora forçou a ida do público para a praça aberta e gerou duras críticas e protestos entre os presentes.

A mesa de debates contou com a participação dos deputados estaduais Marcelo Dino e Jorge Felipe Neto, ambos do PL, além de lideranças comunitárias locais e dirigentes de entidades de classe do setor de turismo.

"Essa taxa cria transtorno. Prejudica o turismo, afeta quem gera emprego, impacta moradores e visitantes e dificulta ainda mais a vida de quem já enfrenta tantos desafios diariamente. Nós vamos lutar contra essa taxa. Seja na justiça, no Tribunal de Contas e onde mais for necessário", reforçou o



"Nós vamos lutar contra essa taxa. Seja na justiça, no Tribunal de Contas e onde mais for necessário", reforçou o deputado Marcelo Dino.

deputado Marcelo Dino.

ENTIDADE CALCULA PESO FINANCEIRO E TEME AFASTAR VISITANTES

A medida da prefeitura prevê a cobrança individual por visitante para o ingresso na Ilha Grande. Desde o anúncio, a proposta vem enfrentando forte resistência das entidades setoriais. Presente no encontro, a Associação dos Meios de Hospedagem

da Ilha Grande (AMHIG) reiterou publicamente sua manifestação de repúdio ao projeto, classificando a taxa como injusta e danosa para a sustentabilidade econômica da região.

Para ilustrar o impacto financeiro real do novo tributo no bolso do consumidor, a associação apresentou simulações do custo de deslocamento acoplado ao valor da nova tarifa:

Impacto no bolso - Um núcleo familiar composto por um casal e dois filhos gastará aproximada-

mente R\$ 1.180 apenas com as passagens de barco somadas ao valor da nova taxa;

Risco comercial - A AMHIG alerta que o encarecimento abrupto do destino tem potencial imediato de afastar turistas e elitizar o acesso de famílias à localidade.

"Um casal com dois filhos gastará quase R\$ 1.180 apenas com barco e taxa. Isso é incentivo ao turismo?", questionou a direção da entidade empresarial durante a audiência pública.

ESTUDO TÉCNICO PREVIA TAXA DE R\$ 2,70 REVERTIDA PARA A ILHA

Outro ponto de forte contestação foi levantado ao longo do debate e envolve os parâmetros originais de formulação da lei. De acordo com os representantes comerciais e hoteleiros, um estudo técnico prévio elaborado pela própria Prefeitura de Angra dos Reis recomendava a fixação de uma cobrança de apenas R\$ 2,70 por pessoa.

Além do valor consideravelmente menor, o parecer técnico original indicava que os recursos deveriam ser destinados exclusivamente a um fundo voltado à preservação ambiental da própria Ilha Grande. No entanto, a legislação sancionada e aprovada pelo município desfigurou a recomendação e direcionou a arrecadação da nova tarifa para o caixa geral da prefeitura de Angra.

A comunidade e o empresário temem que a medida enfraqueça o fluxo de turistas, que representa a principal engrenagem da economia da ilha.

"Ordenamento se faz com gestão, não com taxa. A AMHIG é contra e vai continuar lutando contra essa vergonha e a favor de um turismo realmente sustentável na Ilha Grande", declarou o representante da associação hoteleira, Frederico Gomes.

Maricá vira vitrine nacional com modelo de educação integral aprovado pelo MEC

Projeto dos CEPTs é selecionado pelo Ministério da Educação como experiência inspiradora de inovação pedagógica e gestão pública transformadora

A Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria de Educação, alcançou um novo patamar de reconhecimento nacional.

O município foi aprovado para a próxima etapa do edital "Experiências Inspiradoras de Gestão e Projetos Pedagógicos de Educação Integral em Tempo Integral", iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que mapeia e premia as melhores práticas das redes públicas de ensino em todo o Brasil.

O projeto selecionado, intitulado "CEPTs: Ecossistema Pedagógico da Educação Integral", foi inscrito no eixo de Currículo Integrado. A proposta foca na estrutura dos Campuses de Educação Pública Transformadora (CEPT), que buscam romper com o modelo tradicional de ensino para criar um ambiente de desenvolvimento multidisciplinar.

O secretário municipal de Educação, Professor Doutor Rodrigo Moura, enfatizou que o selo do MEC valida a estratégia adotada pela gestão local.



"Esse reconhecimento mostra que Maricá vem construindo uma educação pública transformadora, capaz de integrar currículo, tecnologia, cultura e desenvolvimento humano", afirmou o secretário.

EXPANSÃO DO MODELO E VISIBILIDADE NACIONAL

Com a aprovação, a experiência de Maricá passa a integrar a rede oficial de difusão do Governo Federal. Isso inclui a partici-

pação no Mapa de Experiências, no Caderno de Narrativas e na Rede de Trocas, transformando o município em um polo de consulta para outros gestores públicos que buscam implementar o ensino integral com qualidade.

Atualmente, Maricá conta com dois CEPTs em pleno funcionamento:

Unidade Centro - Focada na integração comunitária;

Unidade Itaipuaçu - Referência pelo programa de escola trilingue, com capacidade para atender até 5 mil alunos.

INFRAESTRUTURA DE PONTA EM INOÃ

O avanço do projeto não se limita ao reconhecimento acadêmico. A prefeitura segue com as obras do novo CEPT de Inoã, planejado para ser um dos maiores complexos educacionais do estado. A estrutura contará com mais de 50 salas de aula, laboratórios de ciências de última geração, teatro, cinema e uma piscina olímpica.

O objetivo é que o espaço funcione como um centro de convivência, unindo desenvolvimento educacional, cultural e esportivo tanto para os estudantes quanto para a comunidade local, consolidando o conceito de "ecossistema pedagógico".